

**V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica**

23 a 25 de julho de 2017

GT04 - O Ensino da diversidade na Sociologia do Ensino Médio: estratégias para educação de gênero e relações étnico raciais na escola

**GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER NO IFBA: O PROJETO DE INCENTIVO À APRENDIZAGEM E O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INCENTIVO A BOLSAS DE INICIAÇÃO A DOCENCIA COMO ESTRATÉGIAS DE AMPLIAÇÃO DO DEBATE**

Celina Rosa dos Santos (IFBA – Instituto Federal da Bahia, Campus Ilhéus)

Valéria Soares Martins (UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz)

RESUMO: No contexto das questões que envolvem gênero e sexualidade, o presente trabalho é resultado do estudo e levantamento de dados sobre a participação de mulheres em cargos de poder dentro dos IFBA's (Institutos Federais da Bahia). Tal trabalho foi possível graças ao Projeto de Incentivo à Aprendizagem – PINA e do PIBID de Sociologia da Universidade Estadual de Santa Cruz. Ambos os projetos – PINA e PIBID – se constituíram enquanto eficazes estratégias para ampliação do debate sobre gênero e sexualidade na instituição. Tendo como aporte teórico CAMACHO (1997), FOUCAULT (1979, 1996), LOURO (1997), SCOTT (1990), foi realizada uma pesquisa documental, – através da coleta de dados dos servidores e estrutura dos cargos de poder dentro do instituto, fornecidos através do setor de recursos humanos e dos dados disponíveis através dos sites, Evidenciou-se, a partir da pesquisa, a existência de desigualdade de gênero dentro desta instituição, devido à parca participação feminina em cargos de poder e de chefia, em contraste com uma presença um pouco mais acentuada em setores de ensino.

Palavras-chave: Gênero, poder, desigualdade, pina/pibid, estratégia/dispositivo

## **INTRODUÇÃO**

Os projetos e programas que visam o aperfeiçoamento educacional como o PINA e o PIBID são estratégias possíveis para ampliação do debate sobre sexo, gênero e sexualidade na escola, tal como apresentaremos neste trabalho, através das experiências tecidas no Instituto Federal da Bahia, Campus Ilhéus. O Projeto de Incentivo à aprendizagem<sup>1</sup> oferece Bolsas de Aprendizagem aos estudantes de ensino médio e que possuem comprovada vulnerabilidade socioeconômica, e que para ter acesso, precisam estar devidamente matriculados nos Institutos Federais e inscritos no PAAE<sup>2</sup>. Tem como objetivos Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em Projetos de Incentivo à Aprendizagem; bem como proporcionar ao aluno bolsista, atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o

---

<sup>1</sup> PINA - Projeto de incentivo à aprendizagem

<sup>2</sup> PAAE - Programa de Assistência e Apoio ao Estudante

mundo do trabalho e da pesquisa<sup>3</sup>; Já o PIBID<sup>4</sup> é um programa que oferece bolsas de iniciação a docência aos alunos de cursos superiores de licenciaturas presenciais que se dediquem ao estudo nas escolas públicas com o intuito de estimular a docência e sua valorização, elevando a qualidade das ações voltadas à formação inicial de professores.

Acreditamos que tanto o PINA quanto o PIBID são dispositivos como aponta Foucault (1996) que mobilizam práticas educativas, em um jogo de tensões e resistências, e que nas “brechas” é possível realizar as estratégias (CEIÇA) que de fato possibilitam aos praticantes operarem novas lógicas para além daquelas pensadas pelos idealizadores dos projetos e programas outras combinações possíveis e potentes de processos educativos.

De acordo com Foucault, o dispositivo é

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos... [e entre estes] existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 1996, p.244-245).

Se bem compreendermos com Foucault (op, cit) que o dispositivo não é algo estático, mas dinâmico, pois engloba dois processos<sup>5</sup> como a sobredeterminação funcional e o preenchimento estratégico, seremos capazes de avaliar que, apesar dos projetos e programas serem dispositivos institucionais, com finalidades bem delimitadas, os usos ou as práticas educativas realizadas a partir de tais projetos e programas não se circunscrevem ao prescrito, mas são operações que escapam e chegam às margens, constituindo-se assim de estratégias importantes para a ampliação sobre o debate de gênero e sexualidade na escola.

---

<sup>3</sup> Disponível no site <http://www.portalifba.edu.br>

<sup>4</sup> Programa Institucional de Bolsas de iniciação a Docência Programa Institucional de Bolsas de iniciação a Docência

<sup>5</sup> O primeiro processo trata da forma como os efeitos produzidos por um dispositivo são rearticulados ao conjunto, provocando uma mudança interna, um reajustamento na forma pela qual os elementos se vinculam. Já o segundo processo, preenchimento estratégico, implica na recaptura daquilo que é colocado em suspenso na batalha agônica entre dominação e os movimentos de resistência (SILVA, 2014, PG. 146).

O presente trabalho resulta das reflexões ou conteúdos *praticadospensados*<sup>6</sup> pelos sujeitos envolvidos em tais programas e projetos dentro do Instituto Federal da Bahia, Campus Ilhéus, a saber, dois bolsistas de PINA, bem como a bolsista de PIBID, com a mesma professora orientadora.

Nossas reflexões estão pautadas principalmente pela pesquisa que estamos realizando através do PINA<sup>7</sup>, e que sinaliza que o Instituto Federal da Bahia é um espaço em que persistem a discriminação e a subordinação das mulheres, evidenciadas principalmente pela distribuição e ocupação dos cargos de poder por parte dos homens, como nos cargos de direção geral, Administração e Planejamento e Ensino/Acadêmica.

Além disto, ao refletirmos sobre as questões de desigualdade de gênero dentro da escola, resolvemos criar estratégias através das oficinas do PIBID para o debate sobre sexo, gênero, sexualidade e desigualdade. Durante as oficinas surgiram narrativas de alunas sobre a instituição da “farda” como forma de controle e poder disciplinador sobre seus corpos, considerando critérios de visibilidade de seu gênero e sua sexualidade para os homens.

Acreditamos com Alves, Berino e Silva (2012) que

“fazer pesquisa também é uma intervenção política e que, assim sendo, precisamos criar outros regimes (não hegemônicos) de visibilidade e de compreensão para o que se produz nessas ‘operações de *praticantespensantes*’ dentrofora das escolas e nas múltiplas redes educativas nas quais circulamos, criando conhecimentos e significações.”

Diante de tais práticas, a divisão desigual de cargos de poder, bem como os procedimentos de controle dos corpos das alunas, através do uso das fardas, desenvolvemos uma série de práticas dentro do PINA e do PIBID que, acreditamos, serem outros modos de subjetivação e de fazer possíveis e contra hegemônicos, em meio à complexidade e a variedade de contextos em que essas ações e pensamento se dão. (SILVA et all, 2012, pg. 51)

O que está em questão? Múltiplas significações que ora apontam para as estratégias do poder dominante masculino e ora se apresentam como resistências femininas a tal poder, ou seja, a questão de gênero. Precisamos problematiza-la.

---

<sup>6</sup> Trabalhamos com os conceitos ou termos articulados utilizados pelo grupo de Pesquisa da UERJ “Cotidianos, redes educativas e processos culturais” coordenado por Nilda Alves e disponível em ALVES (2012).

## O Gênero em questão

Os estudos sobre gênero destacam que esta categoria foi fundamental para questionar as teorias essencialistas em relação às diferenças entre homens e mulheres, substituindo desta forma, o termo sexo, utilizado para marcar diferenças biológicas, genéticas, anatômicas e hormonais pelo conceito de gênero que não se reduz aos fatores meramente biológicos, mas representa uma construção cultural e social. Essa mudança também ampliou a reflexão em considerar os diferentes projetos e representações sobre mulheres e homens, além de que as diferenças de gênero se constituem não apenas entre as sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade e seus diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais de classe) que a constituem (LOURO, 2014, p. 23).

Neste aspecto, cabe salientar que a desigualdade de gênero<sup>8</sup> é resultante de um processo sócio histórico marcado por fatores de natureza econômica, cultural, religiosa, política e social e reforçada pelo androcentrismo que é a “supervalorização do masculino e naturalização da experiência masculina como princípio universal e normativo da humanidade” (SILVA et all. 2013, p. 343) e pelo patriarcado que pode ser definido como:

“forma de organização social na qual as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens são submetidos aos mais velhos. A sociedade patriarcal valoriza as atividades culturalmente convencionadas como masculinas a ponto de determinar papéis sociais e sexuais nos quais o masculino tem vantagens e privilégios; simultaneamente, institui o controle da sexualidade, do corpo e da autonomia feminina.”. (op cit, p. 347)

Um dos traços do androcentrismo e do patriarcado é a baixa participação de mulheres em espaços de poder e decisão, no âmbito político, organizacional e profissional e que, apesar de toda a luta feminista e os avanços no campo da conquista de direitos, ainda permanecem as distorções, tal como apontado pelo Relatório da Desigualdade de Gênero de 2016 do Fórum Econômico Mundial<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o IDG – Índice de Desigualdade de Gênero avalia os países em três critérios – saúde reprodutiva, autonomia (empoderamento) e atividade econômica. Disponível no site [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf), acesso em 10/04/2017

<sup>9</sup> Disponível no site <https://www.cartacapital.com.br/politica/igualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-so-sera-alcancada-em-2186>. Acesso em 10/04/2017.

"O número de mulheres em posições de chefia continua extremamente baixo, com apenas quatro países do mundo tendo igualdade entre o número de homens e mulheres legisladores, ocupando cargos executivos e diretores de empresas, apesar de 95 países terem o mesmo índice, ou até maior, de mulheres com diploma superior".

No campo da educação especificamente, a docência assume um caráter eminentemente feminino, ao longo do século XX, em especial na Educação Básica (VIANNA, 2001). No entanto, na década de 90, em uma pesquisa realizada por Camacho (1998) na Universidade do Espírito Santo, não apenas a docência no ensino superior era marcadamente masculina, como a participação das mulheres nos órgãos de direção da universidade.

Cabe dizer que não importa apenas o aspecto quantitativo da presença de mulheres, mas também à qualidade da representação, ou seja, que sua presença em cargos de poder, pode significar uma maior autonomia e empoderamento<sup>10</sup> das mulheres, bem como contribuição na direção de projetos, pautas e agendas decisórias nas instituições educacionais.

No que tange ao processo de reprodução das diferenças entre homens e mulheres, e sobre o controle dos seus corpos, no âmbito da escola, percebemos com LOURO (2014, p. 65) que a escola é capaz de delimitar espaços, produzir maneiras de olhar e ser olhado, da construção das *identidades escolarizadas* e até mesmo os "gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporado por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos".

Desta forma, ainda refletindo com LOURO (op, cit) "é indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem". Ou seja, nos movermos dentro das estratégias que, segundo Foucault (apud ALVES, 2012) são "os dispositivos ou os mecanismos racionalmente empregados para que o objetivo seja alcançado".

Para tal, os indivíduos ou grupos que são subjugados criam "táticas" conforme nos ensina Certeau (apud ALVES, 2012), "como modos outros de fazer,

---

<sup>10</sup> Empoderamento aqui não é tal como a definição utilizada por Narayan (2002), mas na perspectiva do movimento feminista que percebe o empoderamento como "o processo da conquista, da autonomia, da auto-determinação, e trata-se (...), ao mesmo tempo de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica (...) na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal" (SARDEMBERG, 2006).

significar e viver que não são captados pelos sistemas onde se desenvolvem, produzindo assim ações possíveis em relações de forças assimétricas”.

É neste processo que compreendemos que as reflexões e pesquisas desenvolvidas a partir do PINA, constituíram-se em *táticas* e *ações microbianas* que “se proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano”, capazes de insinuarem novos modos de pensar, fazer, sentir, viver a questão do gênero dentro do instituto federal.

### **O trajeto *praticantepensante* – entre a leitura dos textos e a pesquisa.**

Começamos nosso percurso com leituras sobre gênero, utilizando autoras feministas como Joan Scott (1990) e Guacira Lopes Louro (2014), que apontam para a dimensão social, cultural e política das diferenças biológicas entre os sexos, bem como do conceito de masculinidade hegemônica de Robert W. Connel (2013) em que ele aponta como é possível a dominação dos homens sobre as mulheres historicamente. O conceito de poder foi baseado em Michel Foucault (1986) e Guacira Lopes Louro (2014) que compreendem que os gêneros se produzem na e pelas relações de poder, e que este conceito não apenas nega, proíbe, mas também faz, produz e incita o que possibilita resistências, lutas, mudanças no curso histórico.

Com base nos conceitos estudados, refletimos a respeito da reprodução da desigualdade de gênero no campo da educação e mais especificamente, como essa desigualdade se constitui no IFBA, levando em consideração a representação feminina em cargos de poder administrativo.

A questão de gênero foi proposta pelo movimento feminista que, na virada do século XIX, lutou para estender o direito de voto às mulheres, bem como o acesso ao estudo e a determinadas profissões. Esse momento é considerado como a primeira onda do feminismo e chamado de “sufragismo” por causa de suas reivindicações. A partir de 1960, o movimento entra na segunda onda e tem como características além das reivindicações políticas e sociais, a preocupação de consolidar um campo teórico que permite dar visibilidade às mulheres, uma vez que as intelectuais feministas envolvidas questionam a ausência das mulheres na literatura, artes e ciência.

A terceira onda do feminismo ocorre a partir da década de 90 com o objetivo de questionar as falhas deixadas pela segunda onda, da construção binária entre os gêneros e sem levar em conta a diversidade de feminilidades, ou seja, propõe-se ampliar as identidades múltiplas e variadas dentro do feminismo, como as mulheres negras, transgêneros e lésbicas. (LOURO, 2014, p. 19-31)

O importante dentro do percurso é que o movimento questionou o termo sexo, que se baseia em aspectos biológicos, anatômicos e hormonais para caracterização de homens e mulheres, e o substituiu por gênero, acentuando o caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas no sexo. Dessa maneira, o termo permite tanto uma ferramenta analítica, quanto política (LOURO, op. cit).

Através do conceito de gênero é possível avançar na reflexão das relações entre homens e mulheres e contribuir para uma transformação social, ou seja, é possível compreender o processo sócio histórico de subordinação das mulheres e, ao mesmo tempo, alterar tal situação através da luta política. Questiona-se não apenas as diferenças perceptíveis no sexo, mas como essa forma de representação implica em relações de poder.

Compreendemos poder a partir de Michel Foucault (1987, p. 26) que propõe que observemos o poder não apenas através de sua institucionalização, mas como um exercício que ocorre em várias direções, como uma rede capilar que perpassa toda a sociedade. O poder deve ser entendido como uma estratégia, não como privilégio que alguém possui e do qual alguém se apropria.

O poder não é pensado a partir de coisas, mas de relações sociais. É avaliado também pelo seu exercício, que se constitui por “manobras”, “técnicas”, “disposições”, que podem ser contestadas e alteradas. Ou seja, ele pressupõe também uma resistência, senão seria violência. (FOUCAULT apud LOURO, 2014, p. 43).

Com Foucault podemos pensar sobre essa separação entre homens e mulheres no cotidiano do IFBA, a normalização das condutas de gênero, as estratégias e os dispositivos que garantem o “governo” e “autogoverno” dos profissionais que ali vivenciam. Atualmente ocorreu dentro do campus Ilhéus a indicação para os cargos de coordenação pelo Diretor Geral e, mesmo tendo sido feito o convite a algumas mulheres, estes foram ocupados por homens.



Avaliamos que isso se deve porque a escola é um espaço de disputa política, inscrita no gênero e expressa e representada na associação dos homens aos cargos de poder e virilidade e das mulheres com o cuidado, associação de ensino à maternidade.

Trabalhamos também com o conceito de poder administrativo adaptado de Thimóteo Camacho (1997) ao qual se refere aos cargos administrativos e de gerência de Direção e, neste aspecto, o que os dados nos apontam é de uma predominância de homens tanto nos cargos de Direção Geral, quanto no de Direção Administrativa. A maior presença de mulheres ocorre nos cargos de Direção de Ensino.

Considerando que o poder é relacional e que a diferença é construída a partir da alteridade, dialogamos também com Connel e Messerschmidt (2013) sobre a masculinidade hegemônica. De acordo com estes autores esta se constitui em:

“um padrão de práticas (...) que possibilitou a dominação dos homens sobre as mulheres (...). A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ele exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.” (CONNEL, MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245)

Essa reflexão sobre as diferenças de masculinidade é importante, pois, conforme os autores nos apontam, nem todos os homens exercem a dominação, apenas aqueles que foram beneficiados pelo patriarcado, e que, ao naturalizar tal prática e, conseguido a complacência principalmente entre as mulheres heterossexuais, instauraram sua hegemonia. Conforme ressaltam “A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e persuasão”. (op. cit)

Isto é constatado em nossa pesquisa, ao observarmos que, o último mandato de Reitor foi ocupado por uma mulher, mas, embora este fato importante tenha ocorrido, na última eleição a disputa ficou entre os homens e o cargo foi assumido por um deles. Tendo ele o poder de indicação de cargos, a nova composição se mostrou majoritariamente masculina.

Não apenas este fato é representativo, como também o próprio cargo de Diretor Geral em quem não tendo mais que cinco anos, é indicado um Diretor pró-tempore e, destes, mesmo sob a Reitoria de uma mulher, foram homens que ocuparam os cargos. Quanto aos campi mais antigos, ocorrem eleições com paridade de discentes, docentes e técnicos e, neste caso, também predominam os homens.

Segundo Souza (2007) os diretores escolares ocupam uma posição central, coordenando a política escolar e reforçando o poder que centralizam a partir da face administrativa e política da instituição e que são delimitadas por padrões de uma sociedade masculinizada. No mesmo sentido, as diretoras mulheres, nas suas práticas sociais, acabam se referenciando a partir da incorporação das determinantes do universo masculino.

### **O percurso investigativo ou o que nos move**

A nossa indagação surgiu a partir do trabalho desenvolvido no Projeto de Iniciação à Aprendizagem – PINA que tem como título “Diálogos sociológicos sobre sexo, gênero e sexualidade” com o objetivo de refletir e construir pesquisa sobre o tema, para apresentação em oficinas e apresentação de artigos em eventos.

O Projeto tinha como proposta inicial um levantamento e estudo da bibliografia sobre o tema sexo, gênero e sexualidade, mas a partir dos debates suscitados no estudo e, considerando a estrutura do próprio campus Ilhéus, decidiu por encaminhar a pesquisa através do levantamento dos dados quantitativos, obtidos através do site do IFBA e das informações fornecidas pelo Setor de Recursos Humanos de cada campus.

Os dados que apresentamos são preliminares, uma vez que nem todos os campi forneceram os dados solicitados e tendo em vista que ainda falta a coleta de dados qualitativos, através da entrevista em profundidade com as mulheres que ocupam os cargos de poder dentro da instituição, bem como da produção de documentos narrativos sobre seu percurso político formativo. Acreditamos que ao final da pesquisa conseguiremos refletir sobre a representação e a atuação das mulheres dentro do processo educativo e administrativo no IFBA.

O Instituto Federal da Bahia é uma rede federal de educação profissional criada mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET/BA), a qual possui uma estrutura multicampi, com unidades de ensino em diversas regiões do estado, onde acata em suas estruturas pesquisas e extensões, em que todos os cargos de poder são ocupados majoritariamente por homens.

Mas por que existe subordinação de mulheres em instituições escolares em que elas são a maioria? Como podemos analisar a predominância de homens nos cargos administrativos de poder, apesar da luta feminista ter garantido diversas vitórias no campo político? Em que precisamos avançar para que tenhamos uma educação igualitária de gênero e qual a relação entre educação, gênero e poder? Essas são algumas das nossas inquietações neste breve ensaio. Acreditamos ser necessário um melhor aprofundamento posteriormente, mas aqui nos deteremos nos primeiros dados de pesquisa levantados.

Este trabalho situa-se na categoria de “estudo de caso” investigação no campo da microssociologia e da antropologia que envolve a “coleta sistemática de informações sobre uma pessoa particular, uma família, um evento, uma atividade ou, ainda, um conjunto de relações ou processo social para melhor conhecer como são ou como operam em um contexto real” (CHIZZOTTI, 2006, p.135)

Desta maneira fizemos uma pesquisa através do site do IFBA ([www.portal.ifba.edu.br](http://www.portal.ifba.edu.br)), com o objetivo de saber quantos e qual a estrutura administrativa de cada campus, conforme figura apresentada abaixo:

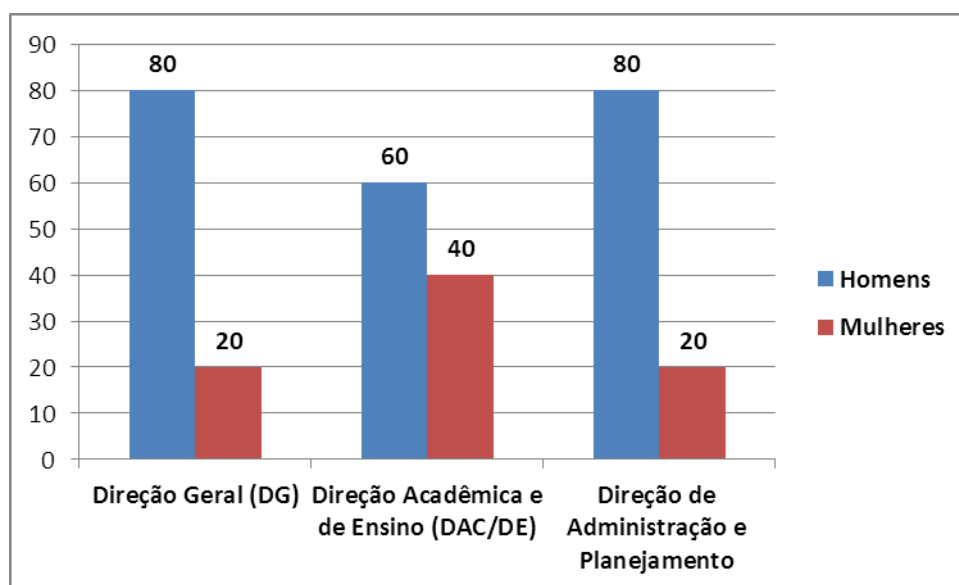


Figura 1 - Mapa dos Campus do Instituto Federal da Bahia

Considerando que o Instituto Federal da Bahia possui ao todo 21 campus em atividade e 03 em fase de implementação, os dados levantados para a análise da composição da estrutura administrativa consistiu nos fornecidos apenas por 15 campus que são Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Feira de Santana, Irecê, Ilhéus, Jacobina, Juazeiro, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho, Valença e Vitória da Conquista.

Quanto à estrutura administrativa e como é representado por gênero, o quadro do Instituto Federal da Bahia é o seguinte:

<b>CARGOS</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Direção Geral (DG)	80	20
Direção Acadêmica e de Ensino (DAC/DE)	60	40
Direção de Administração e Planejamento	80	20



Apesar de não avaliarmos todos os cargos e formas de hegemonia do poder masculino dentro da instituição, acreditamos que os dados preliminares da pesquisa nos permitem apontar que existe uma desigualdade de gênero no Instituto Federal da Bahia, e que conhecer essa realidade é fundamental para um processo de construção de igualdade de gênero em uma instituição que promove a formação de cidadãos.

Percebe-se a justificativa de tal trabalho, pensar a invisibilidade da questão de gênero em uma instituição de educação profissional e suas construções sobre o feminino e o masculino através da distribuição dos cargos de poder administrativo.

### **Sobre os projetos e programas – Relatos de experiências microbianas**

Se no processo *praticantepensante* das atividades dos projetos e programas, vivenciamos aspectos hegemônicos do gênero masculino, isto por outro lado produziu resistências contra hegemônicas através de ações *microbianas* como as oficinas dos bolsistas do PIBID de Sociologia,

Descreveremos aqui algumas dessas experiências e que, na nossa interpretação, possibilitaram o debate com alunos e alunas e uma reflexão crítica a respeito da desigualdade de gênero. Vamos a elas:

Oficina1 - “Desconstruindo os contos de fadas: o gênero nas histórias infantis”: Objetivou o diálogo acerca da construção dos papéis de gênero na sociedade e como eles são reforçados através das histórias infantis, os chamados “contos de fadas”. Através de vídeos e do diálogo, os estudantes puderam observar que algumas características tidas como naturais da feminilidade e masculinidades servem para docilizar e monitorar homens e mulheres.

Oficina 2 - “A participação das mulheres na sociedade brasileira”: Tinha como objetivo analisar a participação das mulheres na construção da sociedade brasileira. Discutiu-se o movimento sufragista brasileiro, a reabertura democrática do país e a organização das mulheres no período pós e anterior a ditadura, ressaltando inclusive a participação das mulheres negras que frequentemente tem seu papel social invisibilizado e esquecido.

Oficina 3 - “Meu corpo não é seu! Conversas sobre assédios e violências”: Esta oficina teve como objetivo levantar a discussão sobre os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres bem como discutir sobre os diversos tipos de violências que se inscrevem nos corpos femininos, tal qual o assédio. A participação dos meninos levantou o debate sobre as posturas esperadas pela masculinidade e de que forma elas podem ser desconstruídas.

As ações descritas acima, mesmo que inscritas dentro de programas institucionais, comportam contra usos, outros modos de fazer, formas táticas, que possibilitam multiplicidades de *fazersaber*, ou seja, “imaginar e instituir

outros modos de existir possíveis no interior e na ambiguidade das relações de poder inerentes à vida social” (FOUCAULT apud ALVES, 2012, p. 54)

## **CONCLUSÕES**

É nessa perspectiva, que as diferenças encontradas no Instituto Federal da Bahia entre homens e mulheres que ocupam as funções de diretores são encontradas em outros espaços educativos e não educativos, e podem ser explicadas pela própria profissão docente, construída e entendida socialmente como feminina, fato que nos leva a crer que a grande maioria das mulheres estão em salas de aulas e quando ocupam cargos de poder dentro da estrutura administrativa, estão relacionados à Direção de Ensino (40% apenas). Ou seja, em profissões admissíveis ou convenientes a elas, e caracterizando-se assim como uma profissão feminina.

Desta forma, o papel que o homem desempenha na sociedade, na política e na condução de instituições parece transitar entre a predominância dos elementos masculinos ou da neutralidade, que as relações de gênero refletem e distribuem manifestações de poder e resistência entre as pessoas, de acordo com os interesses dos grupos que se organizam e se enfrentam em campos de disputas.

Assim percebe-se que os Institutos Federais da Bahia representam um pequeno recorte de nossa sociedade em que persiste a hegemonia masculina e a desigualdade de gênero, apesar das mulheres terem conseguido a garantia de vários direitos e inserção em várias profissões.

No entanto, a micropolítica (GUATTARI, ROLNIK, apud ALVES, 2012, p. 51) nos possibilita

“expressar esses movimentos minúsculos [como as táticas do PINA e PIBID], microbianos, invisíveis, clandestinos, forjados em meio as práticas cotidianas, levando a que nelas se pense saídas propostas, outras ações, conhecimentos e significações”

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Nilda. BERINO, Aristóteles. SOARES, Conceição. “Como e até onde é possível pensar diferente?” Micropolíticas de currículos, poéticas, cotidianos e escolas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 49-66, jan./abr. 2012.
- CAMACHO, Thimoteo. **Mulher, trabalho e poder: o machismo nas relações de gênero na UFES**. Vitória, ES: EDUFES, 1997.
- \_\_\_\_\_. “A participação das mulheres no trabalho docente: Gênero e Poder na UFES”. In: **Dimensões – Revista de História da UFES**. nº 7, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, maio 2013. ISSN 0104-026x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em 01 set. 2016.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciencias humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 144 p.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, 288 p.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996
- FREITAS, Suellem Raquel de e SOUZA, Ângelo Ricardo de. “As relações de gênero no espaço de poder das escolas públicas brasileiras. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. Marília, v. 12, n. 2, 2012, ISSN 1415-8612. Disponível em: <https://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/1596>. Acesso em 01 set. 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 184 p.
- NARAYAN, Deepa. **Empoderamiento y reducción de la pobreza: libro de consulta**. Coimbra: World Bank, Alfa Ômega, 2002.
- SARDEMBERG, Cecília M. B. “Conceituando *empoderamento* na perspectiva feminista”. In: **Seminário Internacional Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto Tempo**. NEIM/UFBA, Salvador/BA, 2006.

SCOTT, Joan. W. (1995). "Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica".

In: **Educação & realidade**, 20 (2), pp. 71-99

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 1 ed., São Paulo: Moderna, 2013, 408 p.

VIANNA, Cláudia Pereira. "O Sexo e o gênero na docência". In: **Primer Congreso Internacional sobre los procesos de Feminización del Magisterio**, México, fevereiro de 2001.